

A pulsão migratória no conhecimento histórico

OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS (*)

Não há negar que o indivíduo humano, mercê das necessidades primárias, sobretudo a de comer, era compelido a satisfazê-las, procurando os objetos imediatos da sua fome onívora e entre eles apreendendo os que lhe estivessem mais perto. Já no porte do pitecântropo vê-se que ele olhava mais para o chão do que para o horizonte, o que indica a postura de quem andava vergado, permanentemente à cata de alimentos elementares: frutos e sementes caídos das copas, raízes tenras, caules suculentos, tubérculos, bulbos, folhas palatáveis de pequenos arbustos, ervas, animáculos do solo e dos restos orgânicos como vermes e larvas, ovos de aves terrestres e de lagartos etc.

Homínida apeado das árvores pela mudança do clima que em massa as destruíra, restaram-lhe na savana substitutiva da floresta pequenas plantas, principalmente gramíneas. Ele teve que firmar o porte erecto e a visão convergente, isto é, procurar à distância o objeto da sua sobrevivência e equipado com essas aptidões anatômicas pôde então olhar para o horizonte, onde estavam os móveis da sua nova existência – os animais que eram seu pasto ou de que poderia ser pasto.

Desse modo, o seu comportamento era o de quem simplesmente vagava no seu sítio, mas depois era o de quem incursionava para além do seu sítio. E finalmente era o de quem se mudava postulando um habitat melhor.

Não há negar que o indivíduo humano, nessa altura, adquirira uma pulsão migratória. Ele deixara de ser o primitivo, passava a ser o selvagem e, por fim, o bárbaro – que cultivou plantas, criou animais e dominou a natureza mediante técnica. Já se passara aquele momento em que o social se torna orgânico, como Freud refere. Primitivo, selvagem ou bárbaro, ele viveu esse drama.

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Desde o começo, a atividade humana sofria de uma contradição: destruía os recursos naturais pelo consumo e depreciava os recursos culturais pelo uso, mas não os repunha equivalentemente no mesmo ritmo. Eis por que o homem era essencialmente nômade, com intervalos de sedentariedade dependentes fundamentalmente de que a fertilidade da terra explorada se mantivesse e de que os meios de produção em geral não se liqüidassem. Quando tal acontecia, ele migrava e ia repetir a mesma coisa adiante. O ato de migrar era sua possibilidade, com independência de que esta viesse a redundar em êxito ou fracasso. Era intrínseco à selvageria, particularmente, esse sistema, a cuja ciclicidade somavam-se as leis naturais. A alternância das estações climáticas impunha também mudanças de pouso ao homem, que ora buscava a melhor região, ora se atrelava às hordas de animais silvestres que lhe proporcionavam proteínas nobres à alimentação, ora retornava aos locais onde ocorria a frutificação sazonal de espécies da flora regional. Na selvageria, ademais, ele praticava uma agricultura itinerante, enquanto na barbárie podia realmente tornar-se sedentário, isto é, agricultor. Ele e os seus rebanhos precisavam comer – ambos assim dependentes da agricultura, que dessa forma se antecipava à criação. O que distingue o selvagem do bárbaro é ele praticar uma agricultura itinerante; o segundo é ir com seus gados na transumância, os dois migrando adstritos às exigências de alimentação.

Não há no homem instinto em sentido animal, determinístico ou inconsciente, e sim há um hábito que se lhe fixou e se transmitiu culturalmente no limiar da libertação do antropóide e da assunção do humanóide. A espécie humana incorporou nesse tempo, em função de um comportamento imemorial, a pulsão migratória, naquele momento mencionado por Freud – quando o social se torna orgânico – que hoje o turista próspero inverte, tornando social o orgânico.

É preciso que se compreenda isso, para precatar-se de teorias especulativas, pruridos cientificistas e interpretações fantasiosas, cometidos sem que se perceba que assim nunca se consegue remontar às origens, onde está o sinal de um marco da evolução, de uma mudança radical, do advento de um caráter novo.

A história deve retroceder até esse ponto para ser racional, poder pôr em ordem, sistematizar e integralizar seu material e não ser confundida com uma crônica datada, situada e factual. Ela é um processo e não lhe bastam essas três circunstâncias singulares e determinadas – o tempo, o lugar e o conteúdo de uma unidade do todo – que não respondem à causação, à sucessão, ao liame essencial dos acontecimentos. É preciso que o historiador compreenda isso e desate o nó dialético – o fenômeno fulcral que predispôs e desencadeou conseqüências equivocadamente consideradas núcleo referencial.

A pulsão migratória se manifesta desde a pré-história, mas evidentemente os registros que se oferecem são fragmentários, sendo referidos a fatores os mais diversos, menos àquele que permaneceu na mente do homem desde seus primórdios. Ela aflora sempre sob a máscara concreta de um fato posterior. À anterioridade não se chega realmente, que ela fica oculta e sua face verdadeira não se revela. A ciência histórica e as ciências sociais vêm a contentar-se com os fatos, sem que se invistam na definição aristotélica geral: conhecimento pelas causas.

O resultado tem sido a pleora de hipóteses plausíveis, de explicações particulares, de especulações paralelas e de abstrações reificantes. Na história dos maias, por exemplo, intrigou os historiadores uma constante: o abandono dos núcleos urbanos, cada qual sempre substituído por outro a determinada distância. Os arqueólogos, antropólogos e historiógrafos atribuíram esse fato a epidemias. Depois, verificando que essa migração tecia topograficamente uma rede triangular de cidades abandonadas, supuseram que esse comportamento era de fundo mágico, pois o triângulo tem sido uma figura fundamental até hoje no esoterismo. Posteriormente, admitiram que a triangularidade era uma decisão racional e decorrente da necessidade de reaproveitar os materiais das cidades velhas desativadas, as mais próximas da nova locada num ponto equidistante delas. Ninguém atentava para a quase inexistência de besta de carga, tiro ou sela e para a quase exclusividade da cultura do milho. É que o transporte da produção agrícola se fazia sobre os ombros dos camponeses, de forma que o cereal em referência era sempre plantado em terrenos periféricos e vicinais

da cidade e, por ser grandemente esgotante do solo essa cultura, ficava cada vez mais distante do centro consumidor a área trabalhada agricolamente. Explicava-se, portanto, a geometria do costume, que entanto poderia ser resultante da vontade das classes dominantes – a sacerdotal e a militar – mas não o era, pois quem decidia da trasladação eram necessariamente os próprios camponeses, optando logicamente por abastecer uma cidade mais próxima da zona de cultivo. É de crer que, antes de ser mudada a cidade, já eles tivessem assentado estrategicamente suas plantações em novas terras. Esses campônios levaram assim as classes privilegiadas a renunciarem às suas moradias e ao seu relativo conforto atual. Quem agia sob pulsão migratória, porém, eram os primeiros e não os segundos.

A romancista Raquel de Queiroz capta essa pulsão migratória na psique da mulher cearense, embora atribuindo-a a certa disposição: libertar-se da opressão numa sociedade machista. Ela desenvolve em suas tramas um feminismo sub-reptício. Assim os entendimentos da migração são multifários, mas não são a fonte genética. A mulher e o homem são ambos migrantes potenciais desde que a sociedade existe, mas tornaram-se gregários como indivíduos de uma mesma unidade taxionômica, ainda no bando antropóide e no grupo primitivo, quando eram guiados pelos mais capazes em demanda de melhores condições locais. A migração vem de longas eras e não era estranha a ninguém: idéia de fartura e felicidade sempre esteve presente no homem, por milênios, a levá-lo a migrar.

Outros literatos, de modo mais simples e menos circunloquial que Raquel, incidem melhormente no cerne nevrálgico da pulsão migratória. Seja o escritor João Clímaco Bezerra, que escreveu um conto de uma página, se tanto, que é o mais eloqüente exemplo nesse sentido. Trata-se de uma história que pode ser resumida no seguinte: pára o caminhão à porta da bodega, onde o motorista e seu ajudante tomam um refrigerante, ao mesmo tempo que um menino que estava sentado na calçada sobe à carroceria e se oculta na carga – e logo o caminhão prossegue a viagem interrompida. Ora, esse menino se movia pela pulsão migratória.

Os pensadores têm concebido ao longo dos séculos uma nação ideal, os reformadores tentaram construí-la, os líderes implantaram-na sucessivamente, diversificadamente, e frustraneamente, enquanto a Ciência Social tomava posse de duas categorias que significavam em grego lugar e tempo nenhuns, respectivamente utopia e ucronia. Isso é a aspiração inata do homem a fugir, rompendo as coordenadas que o jungem a condições incômodas no lugar onde reside, na época em que vive, na comunidade onde labuta.

A pulsão migratória impele os indivíduos e as coletividades. Sabe-se que Portugal não sustentou o seu vasto império colonial, porque o país era pequeno demais para arrostar com esse ônus, isto é, ao mesmo passo que se despovoava, dispersava a sua gente pelo mundo ultramarino. É que o homem pode ser irrealista quando migra.

Do migrante individual diz-se que pratica asverismo, que se refere ao Judeu Errante, cujo nome é Ahasvero. Já os povos afeitos à migração praticavam diáspora, mais especialmente atribuída aos judeus. Ambos esses movimentos podem refluir, quando se frustram as condições acenadas à migração, quando o filho pródigo volta ao lar e quando o povo retorna ao seu país, do que é exemplo bíblico o Livro do Êxodo. Diáspora e êxodo dependem de uma compulsão sobre os seus protagonistas. Em uma palavra: o indivíduo busca ativamente ou aceita passivamente a via da migração.

Chamam o cearense de judeu do Brasil, procurando justificar o epíteto pelos portugueses imigrantes, pelos cristãos novos, pelos bandos ciganos que percorriam o interior do Nordeste, pelos nossos índios bravios, pelos retirantes das secas periódicas etc. Quem andou muito perto da verdade, mediante o conceito biológico de tropismo, considerando as populações do Ceará nos termos de pulsão migratória, foi Raimundo Girão, que identificou dois aspectos na mesma: tropismo de expulsão e tropismo de atração. O indivíduo deixava o seu rincão, portanto, porque era expulso pelo meio ou atraído pelo efeito de demonstração. Os surtos econômicos da borracha, do café, da construção civil em Brasília etc. ilustram a tese de Girão.

Outros enfoques existem. Explicam a migração pelo vigor da juventude, pelo espírito de aventura, pelo sonho de auto-realização, pela inconformidade política etc. Ora, nada disso se consumaria, desde que não se respaldasse em algo preexistente, anterior a quaisquer considerações e pertinente a uma realidade imanente, que é a pulsão migratória.

Esta teoria aqui arguída e explanada tem contestadores. Uns se escudam no sentimento de nostalgia outros nas atitudes doutrinárias. Os nostálgicos exemplificam com a lembrança pertinaz do Ceará na mente do cearense migrante e os doutrinários argumentam com o sionismo na reconquista de uma suposta terra que “mana leite e mel”, como estava na Bíblia. Ora, o cearense volta, porque lhe mingam lá fora condições familiares e afetivas, que entanto na geração seguinte inexistem, isto é, o filho do migrante não pensa em ir para o Ceará como o pai. O potentado judeu que investe no êxodo não volta à Terra Prometida, que para ele é apenas um valor cultural que exorna o seu poderio financeiro e corporativo no mundo ou no seu país de adoção.